

ANAIS DO
VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A PROPRIEDADE RURAL

VOLUME I

LXIV
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1976

ESTRUTURA E CONJUNTURA DA ECONOMIA AÇUCAREIRA NO NORDESTE DO BRASIL, 1889-1930 (*) (**).

GADIEL PERRUCI

da Universidade Federal de Pernambuco.

1. — INTRODUÇÃO.

O presente trabalho refere-se a um período de tempo e a uma região até recentemente pouco estudados.

Na verdade, a Primeira República brasileira tem permanecido, em muitos aspectos, um período de tempo relativamente desprezado pelos historiadores brasileiros, especialmente os universitários que, parece, não o têm considerado como um grande tema histórico. É possível que essa despreocupação tenha origem no fato de que a grande maioria dos nossos melhores historiadores tenha vivido por demais próxima do período republicano inicial e, por isso mesmo, quando de sua juventude, tenha se dirigido em seus estudos para épocas mais distantes.

É inegável, porém, que a partir de um certo tempo, têm surgido análises sobre a Primeira República, algumas delas meros ensaios ou tentativas de abordagens (1), outras representando trabalhos de longo

(*). — Conferência pronunciada no dia 5 de setembro de 1975 no Auditório do Colégio Estadual de Sergipe (*Nota da Redação*).

(**). — Versão resumida deste trabalho está sendo publicada pela Revista da Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob o título "Economia açucareira no Segundo Reinado".

(1). — Cf., por exemplo, Boris FAUSTO, *Pequenos ensaios de História da República: 1889-1945*. São Paulo, Cebrap, 1972.

fôlego como os de Edgard CARONE (2). Qualquer que seja a razão, entretanto, parece que os estudos sobre a Primeira República apresentam um certo receio em penetrar na sua estrutura econômica ou mesmo deslindar os vai-e-vem de suas conjunturas, excetuando-se setores isolados, na verdade bem estudados, como o café, por exemplo. Refiro-me à Primeira República como um todo, evidentemente, e não apenas à Primeira República do café, ou a da industrialização, ou a da urbanização, isoladamente.

Por outro lado, o Nordeste parece ter tido um destino similar, se me for permitido comparar espaço e tempo, um período histórico e uma região. Pedacos do Nordeste — espaço e tempo — têm sido bastante estudados — o açúcar colonial, a Guerra Holandesa, as revoluções da primeira metade do século XIX; o Nordeste do século XVIII, quase nada, o Nordeste do século passado, pouquíssimo, o Nordeste durante a Primeira República permanecendo quase que inteiramente desconhecido.

E, no entanto, como conhecer os problemas nordestinos atuais sem a necessária revisão do Nordeste novecentista e republicano?

A história do Nordeste brasileiro, na verdade, pelo menos aquela que é conhecida e que é objeto de ensino, começa com a colonização e se continua até o fim do século XVII; parece que ocorre, então, uma interrupção e que os historiadores se interessam por outras regiões, a da mineração em particular. De 1800 a 1848, ano da Praieira, talvez a última grande insurreição regional, novamente voltam-se os historiadores para o Nordeste. A partir de 1848, contudo, recomeça para a história nordestina um tempo vazio que se estende até os anos de 1960, quando a agitação social, real ou imaginária, reativa o interesse pela região. Desde então, a bibliografia pertinente se enriquece bastante, embora esses estudos estejam essencialmente ligados aos programas de desenvolvimento econômico lançados pela SUDENE.

Para retomar uma frase de Josué de CASTRO,

“o Nordeste do Brasil foi descoberto em 1500 pelos portugueses e em 1960 pelos americanos do norte. As duas descobertas se devem a erros: a de 1500 foi o resultado de um erro de navegação, a de 1960, de um erro de interpretação” ... (3).

(2). — Cf., por exemplo, Edgard CARONE, *A Primeira República*. São Paulo, Difel, 1969.

— *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo, Difel, 1970.

— *A República Velha (Evolução Política)*. São Paulo, Difel, 1971.

(3). — Josué de CASTRO, *Une zone explosive: le Nordeste du Brésil* — Paris, Editions du Seuil, 1965 — p. 1.

Os americanos do norte talvez não tenham feito realmente a “segunda descoberta”, mas o capitalismo moderno, sobretudo através de investidores e de empresas já operantes do Sudeste do Brasil, aproveitando-se da nova política de estímulos econômicos, lançou-se seguramente numa verdadeira “corrida do ouro”.

Aparentemente, há apenas duas coisas que lembram o Nordeste: a cana de açúcar e as secas, atribuindo-se a esses dois aspectos da realidade todas as causas do subdesenvolvimento regional. Essas idéias convencionais, baseadas ainda sobre critérios antigos, talvez tivessem alguma validade na época colonial; atualmente, é evidente que uma região tão vasta como o Nordeste não pode ser reduzida a uma esquematização por demais simplista. A realidade contemporânea é muito mais rica nos detalhes, na variedade de suas paisagens, na composição de seu meio sócio-econômico, em sua História.

Não pretendemos aqui, no entanto, preencher o vazio historiográfico acima referido, mas simplesmente contribuir para o estudo do Nordeste durante a Primeira República, aclarando alguns de seus aspectos sócio-econômicos. Na verdade, o presente trabalho faz parte de uma análise mais ampla da realidade econômica brasileira durante a Primeira República, cujos resultados serão brevemente publicados em forma de livro.

Sem fugir de uma perspectiva de história regional, acreditamos que a Região somente pode ser explicada dentro do complexo histórico brasileiro; sem renunciar aos assuntos da conjuntura regional, pensamos na aplicação de técnicas modernas de investigação que poderão mais tarde contribuir para sínteses históricas globais em termos de conjunto brasileiro (4); sem abdicar de uma posição típica de historiador, incorporamos contribuições teórico-metodológicas de outras ciências sociais. Finalmente, sem desprezar o caráter globalizante da História, estudamos aspectos da conjuntura econômica, importantes para a compreensão da realidade, tal como se nos apresenta, complexa, variada, humanamente rica no seu todo.

Dessa maneira, para um estudo sobre o Nordeste, torna-se absolutamente necessário uma perspectiva da conjuntura nacional, mesmo em caráter preliminar ou provisório. Na realidade, a nação não se constitui uma colagem mecânica de pedaços regionais; antes, o sistema nacional, quando e se ele existe, representa um conjunto, um todo que, apesar de poder ser explicado internamente dentro de quadro teórico mais geral e mais abstrato, somente se ajusta concretamente através de suas partes.

(4). — Cf. Gadiel PERRUCCI, *Le Pernambouc (1889-1930): Contribution à l'histoire quantitative du Brésil*. Tese de Doutorado, Texto mimeog., Paris, 1972.

Assim, a análise nos levou, de um lado, a situar o Brasil dentro do conjunto do sistema mundial para melhor compreender as direções da economia nacional, suas quebras de ritmo, suas acelerações, suas contradicções. De outro lado, tentamos mostrar que a decadência da região nordestina e o progresso do sul do país participam, na verdade, dos mesmos fenômenos. Com efeito, as causas da decadência regional ultrapassam largamente o Nordeste em si mesmo e não podem ser completamente esclarecidas sem nos elevarmos ao nível do conjunto do desenvolvimento nacional.

Em resumo, acreditamos que a situação do Nordeste brasileiro somente pode ser compreendida historicamente através das transformações mundiais dos fins do século passado, pelo papel desempenhado então pelo Brasil no sistema internacional e, enfim, pela conjuntura interna determinada predominantemente pelo Sudeste brasileiro.

NORMANO escreve que, de possessão de Portugal na época colonial, o Brasil tornou-se depois da Independência uma propriedade privada da classe dos fazendeiros (5). Essa *boutade*, contudo, representa antes o pensamento da *intelligentzia* brasileira dos anos de 1930, saída da pequena burguesia republicana, do que a realidade dos fins do século passado e dos inícios do atual.

Na verdade, as grandes mudanças ocorridas naquela época representam o enorme trabalho de novas forças econômicas para adaptar as antigas estruturas brasileiras às realidades mundiais da época. Esse esforço foi melhor sucedido onde justamente as condições estavam *maduras*, isto é, no Sudeste do café. Assim, a “grande propriedade privada dos fazendeiros”, no dizer de NORMANO, sofreu o assalto conjugado de forças nacionais e internacionais que deram nascimento ao Brasil contemporâneo.

Essas transformações, contudo, foram lentas, entremeadas de crises de crescimento, confusas, porem espectaculares, pelo menos se se considerar o que tem ocorrido nas grandes cidades do litoral e sobretudo do Sudeste.

Estabelecendo pontes de ligação entre a evolução do capitalismo ocidental e a realidade brasileira, verificamos que a Primeira República constitui um período de transição sócio-político-econômica, de modernização das antigas estruturas, modernização, é bem verdade, provocada em grande parte por fatores externos ao país.

(5). — J. F. NORMANO, *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, — p. 97.

O presente trabalho pretende identificar o caráter dessas mudanças e desse período de transição ao nível regional através de um estudo da economia açucareira nordestina, tomando-se o Estado de Pernambuco como caso limite. Para isso, entretanto, achamos necessário, para melhor entendimento do quadro geral brasileiro, traçar previamente um balanço dos acontecimentos que preparam o advento da República no Brasil.

*

2. — A DECADÊNCIA DO REGIME IMPERIAL.

A proclamação da República no Brasil é frequentemente definida como um movimento político superficial sem grande relação com os fatos econômicos do país. Ela teria constituído simplesmente uma passagem formal de um regime a outro, passagem provocada por um *pronunciamento* de tipo latino-americano, fruto do mau humor de alguns oficiais superiores do exército — monarquistas, em sua maioria — aliás com a cumplicidade de um punhado de políticos que agitavam as idéias republicanas no Parlamento e na imprensa (6).

Assim, a Questão Militar (7) e a crise de autoridade do poder imperial, sensível sobretudo na capital, teriam chocado grandemente a classe militar brasileira de então. Juntando-se à Questão Militar, a Questão Religiosa (8) e a abolição do trabalho escravo, o quadro estaria completo para poder-se entender por que os militares decidiram mudar o regime (9).

Aparentemente, o texto pelo qual o Governo Provisório Republicano anuncia a tomada do poder, em 15 de novembro de 1889, confirma esta idéia; excetuando-se a palavra “república”, nada indica, com efeito, que uma importante mudança política acabava de se produzir.

Entretanto, no mesmo dia, o primeiro decreto governamental instala a República Federativa do Brasil, estabelecendo uma nova ordem institucional que responde em muitos aspectos à realidade concreta do

(6). — Cf. José Maria BELO, *História da República*. (6a. ed.). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969 — p. 17.

(7). — Cf. John SCHULS — “O Exército e o Império”, in *História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)* — Tomo II, vol. 4 — São Paulo, Difel, 1971 — pp. 235 e sq.

(8). — Cf. Roque Spencer M. de BARROS, *A Questão Religiosa* in *História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)*. Tomo II, vol. 4. São Paulo, Difel, 1971 — pp. 338 e sq.

(9). — José Maria BELO, *op. cit.*, p. 3.

país (10). Na verdade, a grande descentralização federativa da Primeira República exprime muito bem o sentimento de autonomia de certas províncias, como São Paulo, por exemplo, que, apesar de um progresso material espetacular, sofre a administração centralizadora do Império como um freio às suas aspirações econômicas quando não, em realidade, como uma carga inútil a sustentar ou a financiar (11).

Aparentemente, no entanto, a criação da República teria interessado apenas a uma pequena camada da população brasileira — a classe dominante, que disputará as novas funções políticas, e os funcionários públicos, que sofrerão as adaptações político-administrativas habituais nas mudanças de regime... Retomando uma frase célebre da época, o povo assiste estupefacto o acontecimento republicano e a ordem reina, como de hábito, sobre todo o território nacional (12).

Na realidade, porem, o exame da evolução econômica brasileira das últimas décadas do século XIX, por superficial que ele seja, demonstra sem dúvida nenhuma que a agonia política do Império representa apenas a parte visível do problema. Com efeito, profundas transformações sócio-econômicas se desenvolvem no conjunto do sistema mundial, sem que as instituições imperiais possam acompanhá-las ou estimulá-las; ao contrário, tenta-se assimilá-las, freando-as ou bloqueando-as simplesmente (13).

Num plano mais amplo, a nova organização capitalista ocidental, baseada sobre o capital industrial e financeiro, redistribuiu praticamente as funções econômicas internacionais. A economia brasileira, na época, é complementar e dependente dos mercados internacionais compradores de matérias primas, a Inglaterra em primeiro lugar. O Brasil é, pois, levado a se adaptar a esse novo equilíbrio; e, como resultado

(10). — Edgard CARONE, *A Primeira República* (pp. 13 e sq.). O Autor reproduz o texto da Proclamação dos Membros do Governo Provisório, feita em 15-11-1889 e o primeiro decreto republicano.

(11). — Celso FURTADO — *Formação Econômica do Brasil* — (3a. ed) — Rio, Edit. Fundo de Cultura, 1961 — p. 194.

(12). — Em 23-11-1889, o consul da França em Pernambuco informa seu Ministério de que a "notícia da queda da Monarquia foi recebida com entusiasmo pelos habitantes de Pernambuco". A Monarquia — acrescenta o agente consular — não encontrara um só defensor.

Archives du Ministère des Affaires Étrangères (Paris) — Correspondance Commerciale et Politique — PERNAMBOUC, vol. 10, Dépêche du 23-11-1889. Usaremos, daqui por diante, apenas a sigla AMAE-CC, em relação às citações de documentos desse Arquivo.

(13) — Caio PRADO JR. — *História Econômica do Brasil* — (3a. ed.) — São Paulo, Brasiliense, 1953 — p. 200.

de sua especialização, ele se torna um dos maiores produtores de matéria prima e de produtos tropicais do mundo (14).

Entretanto, a ordem institucional de tipo patriarcal anterior a 1889, baseada no regime de grande propriedade (*plantation*), ameaça enfraquecer cada vez mais o país, confrontado a mudanças internas e externas. O resultado dessa resistência institucional do Império será, pois, o despreparo da nação para resistir aos imperialismos externos e para empreender internamente a modernização de suas próprias estruturas.

Em consequência, de um lado, o Brasil será fácil presa do capital financeiro internacional que, nessa fase de penetração, será ainda mais ou menos controlado pelo poder central; e de outro lado, o deslocamento dos polos de crescimento econômico para o Sudeste, o quase isolamento dos Estados nordestinos e a permanência de suas antigas estruturas de dominação agrária, o rápido crescimento dos centros urbanos, o desenvolvimento industrial que se acelera, provocarão, de início, sérios riscos de fragmentação política do país e, mais tarde, a criação de áreas de subdesenvolvimento crônico, a exemplo do Nordeste (15).

Assim, as estruturas do Império, que não serão abaladas e substituídas senão muito vagarosamente durante o primeiro período republicano, demonstram bem a fraqueza da economia brasileira baseada quase que exclusivamente sobre um ou dois produtos de exportação; isso significa, evidentemente, que o país continua inteiramente submetido aos mercados externos e, por isso mesmo, dependente das flutuações imprevisíveis da conjuntura internacional.

NORMANO escreve que toda a história econômica brasileira, antes de 1930, teria sido apenas uma longa sequência de recordes es-

(14). — Celso FURTADO — *Les Etats-Unis et le sous-développement de l'Amérique Latine* — Paris, Calmann-Lévy, 1970 — p. 124.

(15). — WIENER, Ministro plenipotenciário francês no Brasil, acredita na hipótese de um desmembramento da federação brasileira, a curto prazo. Ele pensa que não há laços de solidariedade nacional e que os Estados não apoiarão o Governo Central; estima ainda que nem mesmo um ditador poderia manter com sucesso pela força a coesão nacional. Na verdade, WIENER expõe duas idéias essenciais: 1) a União não pode subsistir; 2) os Estados federados proclamarão sua liberdade ou se agruparão em inúmeras repúblicas independentes. A partir dessa análise, WIENER aconselha uma certa prudência aos investigadores franceses e o desvio para outros mercados dos títulos que se encontram circulando no mercado francês, mesmo com perdas. Além disso, sugere mudanças na política francesa de investimentos no exterior; assim, segundo ele, a França deveria a partir daquele momento conceder créditos de preferência aos Estados do que à União. Cf. AMAE-CC — *Nouvelle Série*, vol. 75, *Rapport du 10-11-1895*.

petaculares na produção de alguns produtos tropicais de exportação que, em épocas diferentes, teria respondido a necessidades do mercado mundial — o açúcar, na época colonial, o algodão, até o fim da Guerra Civil norte-americana, a borracha, até os anos de 1920 e, finalmente, o café, desde a segunda metade do século passado (16).

Essa visão esquemática, contudo, talvez possa ser válida apenas para a época colonial e os começos da independência política. Com efeito, o imobilismo colonial começa realmente a desaparecer durante o Segundo Reinado em consequência sobretudo do café que passa a ser não mais um produto de exportação episódico, porem um produto permanente da economia brasileira até nosos dias. Além disso, embora acentuando a tendência mono-exportadora de nossa economia, o café possibilita uma rápida acumulação de capital no Sudeste que será responsável, em parte, pelo início do processo de industrialização nas primeiras décadas deste século. Assim, a economia do café, concentrada sobretudo no Sudeste, a curta mais intensa subida do algodão e, principalmente, da borracha, provocaram uma acumulação de capital que criou, bastante lentamente, é verdade, as condições para o processo de relativa modernização do conjunto do país.

A partir da abolição do tráfico negreiro, nos anos de 1850, os capitais anteriormente imobilizados naquele tipo de comércio, são liberados e se juntam aos excedentes da economia exportadora para a criação de múltiplas atividades reprodutoras, a exemplo do que se passa na indústria leve, no comércio e nos serviços.

Estudando a economia brasileira da segunda metade do século passado, Humberto BASTOS escreve que o grande efeito benéfico da monocultura do café foi sentido sobretudo em três dos mais importantes setores do desenvolvimento nacional. No setor demográfico, com a imigração estrangeira que provoca a melhora do nível da mão-de-obra do país; no estímulo à indústria de máquinas leves destinadas ao tratamento de produtos agrícolas e, finalmente, numa maior acumulação capitalista, fruto do quase monopólio no mercado internacional do café (17).

Por outro lado, o progresso material durante o Segundo Reinado não se realiza uniformemente em todo o Brasil; pode-se até mesmo afirmar que quase todas as iniciativas econômicas bem sucedidas foram desenvolvidas no Sudeste, a seu exclusivo proveito e, o que é mais grave, em prejuízo de outras regiões, a exemplo do Norte e do Nordeste.

(16). — J. F. NORMANO, *op. cit.*, p. 23.

(17). — Humberto BASTOS, *Desenvolvimento ou escravidão*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1964, p. 91.

Escrevendo sobre a renda real do conjunto brasileiro da época, Celso FURTADO observa que a renda da região mais dinâmica da economia nacional, isto é, o Sudeste, quintuplicou, enquanto que a do Nordeste beneficiou-se apenas de um aumento da ordem de 54%. Sabendo-se que o açúcar e o algodão, acrescenta FURTADO, são os dois únicos produtos de alguma significação na exportação nordestina e que esses mesmos produtos perdem cada vez mais importância em relação ao conjunto das exportações brasileiras, pode-se compreender que o progresso econômico durante o Segundo Reinado não se estendeu a todo o território nacional (18).

Em resumo, pode-se traçar o balanço da vida econômica brasileira, nas vésperas da República, da seguinte maneira.

A abolição do trabalho escravo é recente, havendo ao que tudo indica uma séria crise de mão-de-obra, com graus relativos de importância segundo as diversas regiões do país. Caio PRADO JR., por exemplo, observa que a crise de mão-de-obra teria sido mais sensível no Nordeste, região que não fora privilegiada por correntes imigratórias, enquanto que o Sudeste teria sido menos atingido em face do desenvolvimento anterior do trabalho livre (19). Contrariamente, no entanto, alguns autores nordestinos, como CORREIA DE ANDRADE, baseados em pesquisas empíricas, afirmam que o Nordeste não foi atingido por nenhuma crise de mão-de-obra provocada pela Abolição, em face sobretudo das diferenças existentes entre a estrutura econômica nordestina e a do Sudeste do país (20).

Por outro lado, o papel desempenhado pela economia do café ultrapassa grandemente o do açúcar e do algodão; em consequência, os negócios são mais ativos no Sudeste, onde se localizam os centros de decisão político-econômica. No Norte do Brasil, a borracha encontra-se ainda em expansão, atraindo para o seu mercado de trabalho grande parte da mão-de-obra nordestina.

O comércio exterior é controlado por estrangeiros e vive em função da conjuntura internacional; tanto as transações quanto o transporte de mercadorias são realizados por bancos e por navios estrangeiros. O comércio interno depende, também, em grande parte, do estrangeiro; em primeiro lugar, porque há um comércio ativo baseado

(18). — Celso FURTADO, *Formação Econômica do Brasil*, p. 164.

(19). — Caio PRADO Jr., *op. cit.*, p. 207.

(20). — Cf. Manuel Correia de ANDRADE, *A terra e o homem no Nordeste* São Paulo, Brasiliense, 1963, p. 95.

em mercadorias importadas (21), em seguida, porque a cabotagem é realizada parcialmente através de navios de bandeira estrangeira (22).

O setor industrial do país sofre dificuldades em razão da falta de capitais que se dirigem preferencialmente ainda para os setores de bens e de serviços; além disso, forçoso é reconhecer que as empresas industriais estão espalhadas por todo o imenso território brasileiro havendo, portanto, uma descentralização demasiadamente grande dificultando a criação de áreas industriais regionais polarizadoras do crescimento econômico (23).

O desenvolvimento tecnológico é muito pouco estimulado. Na verdade, ao que parece, a demanda por tecnologia não é ainda uma aspiração da economia nacional desde que a agricultura extensiva não é muito exigente enquanto que o crescimento industrial é muito limitado.

Não há uma política econômica nacional delineada a longo prazo, resumindo-se as questões político-econômicas a meras preocupações fiscais tendo em vista o equilíbrio orçamentário e dentro de uma perspectiva quase que exclusivamente monetária. Em consequência, não existe qualquer esforço de se estruturar coerentemente uma política alfandegária capaz de proteger a incipiente indústria nacional; o

(21). — Em seu relatório de 1-9-1883, o consul da França em Pernambuco assinala inúmeros produtos importados pelo mercado regional: carvão de pedra, cimento, cal, madeira, móveis, ferro, aço, máquinas e aparelhos, bacalhau, munições bélicas, animais, carne seca, manteiga, artigos de bijuteria, cabelos, crinas, penas, cutelaria, cobre e suas ligas, drogas e produtos químicos, frutas, relojoaria, instrumentos de música, marfim, legumes e farinha de trigo, fósforos, palha, cordoaria, perfumaria, papelaria, peles e couros, plantas e flores artificiais, chumbo, porcelana e cristais, chá, tecidos de algodão e de lã, fios de linho e de seda, carne salgada, conservas, óleos e asfalto.

AMAE-CC-Pernambouc, vol. 9, Rapport du 1-9-1883.

(22). — A lei federal de 11-11-1892 proibiu a cabotagem aos navios estrangeiros; essa medida foi, no entanto, adiada em razão da precariedade da marinha mercante brasileira e dos protestos enérgicos das potências estrangeiras interessadas no comércio interno, como a Inglaterra, a França e a Alemanha. Nessa época, a frota mercante do Brasil havia crescido consideravelmente em razão sobretudo do aumento do comércio inter-provincial, consequência da expansão da produção global do país. Além disso, as correntes comerciais se tinham modificado; o comércio interno se desenvolvia tanto ou mais do que o externo. Em 1893, a frota mercante brasileira era estimada em: 50 vapores ultrapassando 500 t. (dos quais 9 de 1.000 a 3.000 t.), 126 vapores para a pequena cabotagem, de 150 a 500 t., e 35 vapores, exclusivamente servindo no Amazonas, totalizando 9.655 t. O total se elevava a cerca de 83.651 t. É necessário acrescentar a tonelagem (desconhecida) representada pelos pequenos veleiros (barcaças) que faziam, até recentemente, a pequena cabotagem entre as províncias próximas umas das outras.

AMAE-CC-Pernambouc, vol. 10, Rapport du 20-1-1893.

(23). — Pierre DENIS, *Le Brésil au XXème. siècle.* (2è. ed). Paris Armand Colin, 1909, p. 69.

resultado é que os produtos estrangeiros penetram quase que sem discriminação no mercado brasileiro.

Os equipamentos de infra-estrutura são pouco desenvolvidos e mal distribuídos. Não há estradas, exceto algumas de importância secundária no Sudeste; os transportes terrestres no Nordeste, por exemplo, são ainda realizados através dos antigos caminhos de boiadas. A rede ferroviária é pouco desenvolvida, os portos do país não estão preparados e equipados para a navegação a vapor e para o crescente volume do comércio. As grandes cidades são ainda inóspitas, mal construídas e sujeitas a frequentes epidemias (24).

*

3. — NORDESTE: TRANSIÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA.

A Primeira República no Nordeste pode ser considerada globalmente como um período de transição caracterizada pela substituição progressiva dos engenhos pelas usinas. Em outros termos, esse período assiste no Nordeste à decadência progressiva da antiga aristocracia da cana de açúcar e ao nascimento de novos setores ou grupos sociais baseados no desenvolvimento do capital industrial e financeiro. Isso significa também a retomada do crescimento de grandes cidades como Recife, o que representa nesse caso preciso um verdadeiro renascimento econômico. Com efeito, no tempo dos holandeses, Recife já se constituía numa cidade de população cosmopolita e instável, com atividades especificamente urbanas; ela anunciava, embora de uma maneira prematura, a divisão clássica entre o engenho e a cidade, entre o senhor rural e o mascate. Esse fenômeno urbano representa, aliás, segundo BUARQUE DE HOLANDA, um fator completamente novo no Brasil do século XVII (25).

Nos fins do Império e começos da República, aparecem na região os engenhos centrais e as usinas que transtornam toda a situação da economia açucareira; para se ter uma idéia disso, aliás, basta examinar, mesmo rapidamente, o crescimento demográfico do Recife, o progresso dos seus equipamentos urbanos e o estabelecimento de novas relações sociais, políticas e econômicas, originadas da nova conjuntu-

(24). — Humberto BASTOS, *op. cit.*, p. 121.

(25). — Sergio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil*. (2a. ed.). Rio de Janeiro Livraria José Olympio Editora. 1948, p. 71.

Cf. também, José Antônio Gonsalves de MELLO, *Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro Livraria José Olympio Editora. 1947, pp. 35 e sq.

ra. Em consequência, Recife torna-se o centro das novas elites urbanas que impulsionam quase todas as mudanças da região (26).

Entretanto, apesar dessas transformações, não se pode verdadeiramente falar de uma mudança das estruturas da economia regional. Ao nosso ver, somente o controle do mecanismo da produção é modificado; isto é, que o grupo dos grandes senhores rurais é absorvido progressivamente pelo capitalismo urbano. A monocultura do açúcar para exportação permanece sempre intacta; é sua modernização e seu controle pela cidade que representam uma nova situação.

*

4. — A ECONOMIA AÇUCAREIRA.

4.1. — *Produção e exportação.*

O começo da crise da economia agrária colonial brasileira no século XVII está ligado à dominação de Portugal pela Espanha (1580-1640) e à invasão do Nordeste brasileiro pela Holanda (27).

Esses acontecimentos comprometem irremediavelmente a estreita cooperação entre a produção agrícola, assegurada pelos portugueses, e a distribuição comercial, assegurada pelos holandeses; o açúcar brasileiro perde, assim, o monopólio do mercado internacional, controlado daí por diante por outras potências européias. Acrescente-se a isso, a descoberta das minas no Brasil que provoca o desinteresse crescente pelas atividades agrícolas; é o ouro que durante o século XVIII concentra em torno de si quase todos os esforços econômicos da colônia.

A crise se agrava ainda em razão da política européia do pacto colonial que procura preservar o mercado de cada nação aos produtos de suas próprias colônias (28); o Brasil, cuja metrópole representa um pequeno mercado de consumo, não é, pois, favorecido (29).

Entretanto, no fim do século XVIII, a produção agrícola brasileira melhora relativamente, não somente em razão da decadência das minas mas também pela reabertura dos mercados mundiais e pelo

(26). — Cf. Gadiel PERRUCCI, "A cidade do Recife (1889-1930): o crescimento urbano, o comércio e a indústria", in *A cidade e a História*. Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Belo Horizonte. 1974. Volume I.

(27). — Frédéric MAURO, *L'Expansion européenne (1600-1870)*. (2^é. édit.). Paris, PUF, 1967, pp. 142 e 169.

(28). — Cf. Fernando NOVAIS, "O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial" in *Brasil em Perspectiva* (2a. ed.). São Paulo, Difel, 1969 — pp. 51 e sq.

(29). — Caio PRADO JR., *op. cit.*, pp. 81 e sq.

abandono da estreita política do pacto colonial. Com efeito, o desenvolvimento da população européia durante aquele século e, sobretudo, os acontecimentos que marcam a revolução industrial provocam a valorização dos chamados gêneros coloniais. A esse respeito, Portugal é bem favorecido; de um lado, sua relativa neutralidade nos conflitos europeus facilita o trabalho dos seus negociantes e os favorece em relação aos concorrentes estrangeiros; de outro lado, esses conflitos poupam o Brasil — ao contrário do que aconteceu com outras colônias americanas, as Antilhas inglesas e francesas, por exemplo — e a agricultura brasileira pode se recuperar tranquilamente.

Alem disso, no fim do século XVIII e no começo do XIX, o algodão traz novo fôlego à produção agrícola colonial, sendo dessa época a intensa, embora curta, euforia econômica que reina no Nordeste, sobretudo na Capitania do Maranhão, que surge praticamente no cenário econômico colonial (30), e de Pernambuco com o desenvolvimento de áreas até então pouco exploradas como o Agreste (31).

A cultura do algodão torna-se tão importante para Pernambuco que a sua exportação, nos inícios do século XIX, chega mesmo a superar em valor as exportações de açúcar, base permanente da economia regional (32).

Em 1778, o Brasil exporta 3.510 quilos de algodão, mas desde o início do século XIX esta exportação oscila entre 450 e 600 toneladas, por ano (33). Em 1801, por exemplo, o valor em dinheiro da exportação do açúcar representa apenas um terço do valor do algodão exportado (34).

Para um exame mais detido da produção algodoeira em Pernambuco, nos princípios do século XIX, aliás, são interessantes as anotações e os números indicados por KOSTER e por TOLLENARE (35),

(30). — Celso FURTADO, *op. cit.*, pp. 89 e sq.

Cf. também, Mário M. MEIRELES, *História da Independência do Maranhão*. Rio de Janeiro, Artenova, 1972, p. 33.

— Melo e Póvoas (*Governador e Capitão General do Maranhão*). São Luiz, SIOGE, 1974, pp. 77 e sq.

(31). — Manuel Correia de ANDRADE, *A Pecuária no Agreste Pernambucano*. Recife, 1961, pp. 60 e 61.

(32). — M. de Oliveira LIMA, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. Leipzig, F.A. Brockhaus, 1895, p. 244.

(33). — J.F. NORMANO, *op. cit.*, p. 43.

(34). — Carlos Guilherme MOTA, *Nordeste, 1817*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 20.

(35). — Henry KOSTER, *Viagens ao Nordeste do Brasil*. (trad. e notas de L. da Câmara Cascudo). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942, p. 38.

L.F. TOLLENARE, *Notas dominicais, tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1956, pp. 37 e sq.

e repetidos em grande parte por PEREIRA DA COSTA em seus desordenados e, por vezes, inconsequentes ANAIS PERNAMBUCANOS (36).

Entretanto, apesar do algodão continuar sendo cultura importante no Nordeste, a economia regional é ainda dominada pelo açúcar até nossos dias.

O açúcar brasileiro aproveita-se também da conjuntura internacional da época; a crise de São Domingos, em 1792, e as guerras napoleônicas provocam uma elevação dos preços do açúcar nos mercados mundiais (37). Em 1790, a libra do açúcar brasileiro valia no mercado de Amsterdam 0,33 Florim; esses preços se elevam progressivamente até 0,81 Florim, em 1799, mas declinam, na década seguinte, para quase o mesmo nível anterior à crise. Em consequência das guerras napoleônicas, entretanto, os preços do açúcar retomam uma cotação elevada e atingem, em 1810, o valor de 1,69 Florim por libra de peso. É somente depois de 1830 que os preços do açúcar brasileiro se esboroam; eles se mantêm por todo o século XIX a um nível comparável ao do século anterior (38).

As primeiras décadas do século XIX assistem, pois, a uma curta renascença da economia açucareira. O Nordeste, entretanto, não consegue resolver os problemas provocados pelas crises anteriores; desse momento em diante, aliás, ele começa a sofrer mais fortemente a concorrência da produção açucareira do Sudeste, em particular da zona de Campos, que exporta grande parte de sua produção. Contudo, em razão do desenvolvimento da cultura cafeeira, essa concorrência não é ainda mortal e o açúcar nordestino permanece concorrencial.

Em realidade, no Nordeste ou no Sudeste, o avivamento da economia açucareira brasileira apresenta um caráter passageiro; o estado de crise crônica reaparece logo que a produção das Antilhas se normaliza e a cultura da beterraba dá bons resultados na Europa (39). Os Estados Unidos, que se abrem, então, à produção brasileira, a In-

(36). — F.A. PEREIRA DA COSTA, *Anais Pernambucanos*, vol. VII. Recife, Arquivo Público Estadual, 1954, p. 238.

(37). — Manuel DIÉGUES JUNIOR, *O engenho de açúcar no Nordeste*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, SIA, 1952, p. 4.

(38). — N.W. POSTHUMUS, *Inquiry into the history of prices in Holland*, vol. I. Leiden, E.J. Brill, 1946, pp. 124 e 125.

(39). — Em 1870, a produção açucareira mundial montava a 1.619.000 toneladas, das quais 1.020.000 de açúcar de beterraba e 1.599.000 de açúcar de cana. Em 1900, o total da produção se elevava a 8.414.000 toneladas, das quais 5.510.000 de açúcar de beterraba e 2.904.000 de açúcar de cana.

Cf. "A produção e o consumo mundiais de açúcar no fim do século XIX", in *Brasil Açucareiro*, ano VI, vol. XIII, abril de 1939, nº 2, Rio de Janeiro, IAA, 1939.

glaterra e a Argentina absorvem ainda em pequena quantidade o açúcar que o Brasil exporta. Mas essa situação termina quando os Estados Unidos preferem se abastecer em Cuba e em Porto Rico e quando a Argentina desenvolve sua própria produção açucareira nos fins do século XIX (40).

As exportações de açúcar do Brasil não cessam, então, mas sua irregularidade e pequena monta evidenciam o lugar secundário do Brasil no mercado açucareiro internacional. Nosso país somente aparece como grande e médio exportador nas épocas de crise, como o após-guerra, por exemplo.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE AÇUCAR (41).

Anos	Toneladas	Anos	Toneladas
1878	170.540	1904	7.861
1879	187.547	1905	37.747
1880	246.461	1906	53.715
1881	161.258	1909	64.483
1882	246.769	1914	1.365
1883	223.865	1915	2.928
1884	329.377	1916	31.813
1885	274.311	1917	104.828
1886	112.399	1918	94.719
1887	226.010	1919	50.049
1901	187.166	1920	63.181
1902	136.758	1921	87.696
1903	21.890	1922	106.637
		1924	51.407

(40). — Sobre exportações de açúcar para a Inglaterra e os Estados Unidos pelo porto do Recife, Cf. Gadiel PERRUCCI, *Le Pernambouc (1889-1930): Contribution à l'histoire quantitative du Brésil*, p. 221.

(41). — FONTES:

De 1878 a 1887: Henri DIAMANTI, "Nota sobre a indústria açucareira no Brasil", in *Revista do Museu do Açúcar*, ano V, vol. I, nº 7. Recife, 1972, p. 34.

De 1901 a 1906: *Procès verbaux. Convention Internationale sur le régime des sucres (Bruxelles, 1906-1907)* Bruxelles, Imprimerie et Lithographie A. Lesigne. 1907, p. 48.

Para o ano de 1909: *AMAE-CC-Nouvelle Série, vol. 73, Rapport* du 27-11-1912.

De 1914 a 1924: Gileno de CARLI, "Aspectos da indústria açucareira do Brasil", in *Brasil Açucareiro*, ano IV, vol. VIII, set. de 1936, nº 1. Rio de Janeiro, IAA, 1936, p. 27.

Depois da perda dos mercados internacionais, o Nordeste açucareiro tem como única alternativa sua reconversão em direção do mercado interno, o que é tentado e parcialmente realizado, nos fins do século XIX, com a instalação dos engenhos centrais.

Entretanto, essa reconversão somente é possível em razão de condições excepcionais da produção agrícola brasileira: a produção de açúcar não aumenta no Sudeste porque o café, sendo mais rentável no momento, lhe é preferível. Por esta razão e porque as tarifas alfandegárias tornam proibitivos os preços dos açúcares estrangeiros, o açúcar nordestino, cujo custo de produção é elevado, pode conquistar os mercados do sul. A partir de 1940, todavia, a situação torna-se mais favorável aos produtores do Sudeste (42).

Em seu número de 22 de janeiro de 1911, o jornal LE BRÉSIL publica um estudo sobre o açúcar brasileiro, de onde se destaca o seguinte trecho:

“O açúcar do Norte chega (a São Paulo) sobrecarregado pelas taxas de entreposto e de embarque, pelo frete e pelo imposto de exportação do Estado de origem. A propósito desse imposto convem dizer que Pernambuco vive atualmente às custas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, seus melhores clientes. Para o açúcar exportado para os Estados do Brasil, Pernambuco recebe 8% *ad valorem*, enquanto que para o açúcar exportado para o estrangeiro ele exige somente 2%, a fim de poder lutar contra o açúcar de beterraba. Esta situação é tão verdadeira que se a exportação para São Paulo cessasse, o tesouro pernambucano ficaria numa situação tão crítica como a dos agricultores e dos usineiros”.

É, pois, sob um regime muito especial que o açúcar do Nordeste pode sobreviver desde que suas exportações para o sul somente podem ser feitas com a ajuda de subvenções governamentais e de tarifas privilegiadas.

Durante a Primeira República, a produção de açúcar no Nordeste praticamente estaciona, excetuando-se alguns anos de superprodução, 1918, 1928 e 1929, por exemplo; em Pernambuco, a produção não aumenta sensivelmente em relação ao século XIX. Isto significa que, durante as primeiras décadas da República, a revolução tecnológica, provocada pelos engenhos centrais e pelas usinas, não trouxe de ne-

(42). — Patrick Calemard DU GENESTOUX, *Le Nordeste du Sucre* (tese de Doutorado). Texto mimeografado. Paris, 1967, p. 178,

nhuma forma os resultados esperados, pelo menos no que diz respeito ao crescimento da produção (43). Assim, entre 1894 e 1917, a média anual da produção foi somente de 126.290 toneladas, quantidade menor do que a produção do ano de 1894. Em razão da Primeira Guerra Mundial, a produção aumenta levemente e, se se considerar o período de 1894 até 1936, esta média é de 171.532 toneladas (44).

PRODUÇÃO DE AÇUCAR DE PERNAMBUCO (45).

Anos	Toneladas
1894	194.419
1911	120.000
1917	216.625
1918	235.000
1920	141.482
1921	187.992
1922	136.997
1923	118.101
1924	180.944
1925	145.086
1926	155.859
1927	192.558
1928	232.616
1929	276.187

Ao contrário de outros Estados, os do Sudeste principalmente, Pernambuco exporta quase toda a sua produção de açúcar, o consumo local sendo pouco importante. Isto, aliás, constitui uma das mais significativas diferenças entre os dois Brasis açucareiros; a produção do Sudeste é, às vezes, mais importante, porem ela é destinada prioritariamente

(43). — *AMAE-CC-Pernambouc*, vol. 9, *Raport* du 26-1-1885.

(44). — Gileno dé CARLI — “Geografia econômica e social da cana de açúcar no Brasil” in *Brasil Açucareiro*, ano V, vol. X, nº 4-5 (1937/1938). Rio de Janeiro, IAA, 1938, p. 301.

(45). — FONTES:

Para os anos de 1894, e de 1920 a 1929: Gileno dé CARLI, *op. cit.*, p. 301.

Para o ano de 1911: *AMAE-CC-Nouvelle Série*, vol. 73, *Rapport* du 27-11-1912.

Para o ano de 1917: *AMAE-CC-Nouvelle Série*, vol. 73, *Rapport* 5-6-1917.

Para o ano de 1918: *Estado de Pernambuco — Obra de Propaganda Geral*. Rio de Janeiro. Imprensa Editora Pimenta de Melo e Companhia, s/d — p. 51.

Para o ano de 1920: *Recenseamento do Brasil — Synopse do Censo da Agricultura (1920)*. Rio de Janeiro Typographia de Estatística, 1922.

riamente ao consumo local enquanto que o Nordeste, face ao fraco poder aquisitivo de sua população e da relativa extensão das plantações, produz essencialmente para exportar (46).

Uma vez fechados os mercados externos para o açúcar nordestino é o Sudeste que os substitui; a dependência do Nordeste para com a exportação permanece, portanto. Mas, a situação precária da economia nordestina perturba todo o sistema brasileiro porque o governo central é obrigado a tomar medidas protecionistas para impedir a debacle definitiva do açúcar do Nordeste. Assim, por exemplo, o Decreto n.º 6.905 de 27 de março de 1908 eleva de 200 para 400 réis por quilo os direitos de entrada sobre os açúcares estrangeiros (47). A tarifa precedente datava, aliás, de 1906, mas o açúcar nordestino perdia cada vez mais rapidamente seu caráter concorrencial, até mesmo no mercado interno.

EXPORTAÇÃO DE AÇUCAR PELO PORTO DO RECIFE (48).

Anos (*)	Toneladas	Anos(*)	Toneladas
1890	133.908	1913	135.828
1898	135.285	1914	138.478
1900	92.188	1915	146.045
1901	112.397	1916	92.940
1902	74.787	1917	181.658
1903	12.393	1918	159.405
1904	2.326	1919	181.430
1905	20.385	1920	107.991
1906	106.182	1923	164.500
1907	9.391	1924	168.926
1909	48.295	1926	198.625
1911	123.158	1927	195.644
1912	128.536	1928	190.217

(*). — Os anos de 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1907 e 1909 representam somente as exportações para o estrangeiro.

(46). — Em 1889, a média anual de consumo de açúcar no Brasil é de 26 Kg/hb; essa média é inferior às de Cuba, dos Estados Unidos e da Inglaterra e representa cerca da metade da média calculada para a Austrália que era de 50 Kg/hb.

Cf. Henry RAFFARD, *Relatório da secção dos assúcares. Primeira exposição especial brasileira de assúcares e vinhos* Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1890, p. 17.

Cf. também Henri DIAMANTI, *op. cit.*, p. 33.

(47). — In *Diário Oficial da União*, ano XLVII, nº 74, de 29-3-1908.

(48). — FONTES:

Para o ano de 1890: *Anuário estatístico do Brasil*, ano V, (1939-1940). Rio de Janeiro, IBGE, 1940.

4.2. — *A cultura da cana de açúcar.*

Durante o Reinado e a Primeira República, a cana de açúcar é cultivada através de métodos arcaicos em Pernambuco, como aliás, em todo o Nordeste, talvez mesmo em todo o Brasil. Assim, no domínio estrito das técnicas agrícolas, não há absolutamente nada de novo a assinalar, exceto a utilização mais generalizada do arado, introduzido no Brasil no século XVIII e o aparecimento de algumas espécies de cana, como a caiana, para citar apenas um exemplo (49).

Em 1888, o consul da França em Pernambuco escreve:

“Quanto à cultura da cana, ela é praticada ainda hoje como se fazia há cem anos atrás; não há o mínimo progresso a registrar, nem no preparo do solo, nem no emprego de instrumentos agrícolas aperfeiçoados. Sem dúvida alguma, no dia em que os proprietários da Província — homens em geral muito inteligentes mas apáticos e rotineiros — quiserem modernizar a agricultura poderão sem grande esforço aumentar da metade ou talvez mesmo dobrar a produção atual” (50).

Dez anos mais tarde, essa esperança ainda não havia sido concretizada. Assim, em 1898, Henri DIAMANTI escreve que

“a cultura da cana é rudimentar no Brasil; não se pratica a adubação nem se prepara a terra na maioria das plantações, abandonando-se o terreno esgotado para ir mais adiante” (51).

Para o ano de 1898: in Patrick Calemard DU GENESTOUX, *op. cit.*, p. 177.

Para os anos de 1900 e 1907: *Indústria açucareira do Brasil*. Rio de Janeiro Typographia de Estatística, 1949.

De 1901 a 1906: *Procès verbaux-Convention internationale sur le régime des sucres (1906-1907)*, p. 48.

Para o ano de 1909: *AMAE-CC-Nouvelle série, vol. 73, Rapport du 27-11-1912*.

De 1911 a 1920: *Recenseamento do Brasil-Synopse do Censo da Agricultura (1920)*.

Para os anos de 1923 e 1924: *APEP (Arquivo Público do Estado de Pernambuco)*. Junta Comercial, *Relatório Hordman (1924)*. p. 227.

Para os anos de 1926, 1927 e 1928: in J.F. NORMANO, *op. cit.*, p. 36.

(49). — Manuel Correia de ANDRADE, *A terra e o Homem no Nordeste*. p. 84.

(50). — *AMAE-CC-Pernambouc, vol. 10, Rapport du 11-5-1888*.

(51). — Henri DIAMANTI, *op. cit.*, p. 25.

Pior ainda, a situação parece se agravar de tal maneira que, em 1967, as técnicas agrícolas empregadas em Pernambuco são cada vez mais arcaicas tirando-se cada vez menos bom partido dos recursos naturais:

“o resultado é um rendimento da terra decrescente e um rendimento do trabalho que estagna abaixo do observado na época colonial” (52).

Geralmente, a cana é plantada num sulco cavado por um arado primitivo ou por enxada; entretanto, seria necessário preparar a terra pelo menos três vezes no espaço de oito meses e destruir a vegetação estranha antes que ela floresça. Nos terrenos lateríticos, por exemplo, ou naqueles onde subsistem tocos — o desmatamento sendo frequentemente mal feito — os arados de aço são rapidamente estragados, sendo substituídos por arados de madeira dura, mais resistentes porém sem a mesma eficiência (53).

Em Pernambuco, a cana é plantada de maio a dezembro; o período de plantação se estende, portanto, do meio da estação das chuvas até o meio da estação seca. Entretanto, o período mais favorável para o plantio parece ser do mês de julho aos começos de setembro, durante os três últimos meses de chuva, quando a umidade é ainda bastante considerável e as chuvas em quantidade suficiente (54). A colheita deve ser feita quando a cana atinge 16 a 18 meses em primeiro corte, ou 12 meses em ressoca. No mês de setembro, em geral, começa a moagem — a *botada* dos velhos banguês — primeira etapa do processo industrial açucareiro. Assim, o trabalho no engenho ou numa usina é contínuo, as tarefas industriais se sucedendo às da agricultura ou mesmo coincidindo com elas (55).

*

5. — DOS BANGUÊS AOS ENGENHOS CENTRAIS.

Alguns autores vêm na vetustez das técnicas agrícolas as principais causas da decadência do açúcar em Pernambuco: o esgotamento dos solos, a rotina do trabalho agrícola e as más variedades de cana (56).

(52). — Patrick Calema:d DU GENESTOUX, *op. cit.*, p. 70.

(53). — *AMAE-CC-Nouvelle Série*, vol. 73, *Rapport* du 14-8-1913.

(54). — Patrick Calema:d DU GENESTOUX, *op. cit.*, p. 28.

(55). — Manuel Correia de ANDRADE, *op. cit.*, p. 74.

(56). — Gileno de CARLI, *O processo histórico da usina em Pernambuco*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1942, p. 109.

Acreditamos, entretanto, que esta explicação, a mais aceita, aliás, na bibliografia consagrada ao açúcar nordestino, não é totalmente satisfatória para a compreensão do fenômeno em toda a sua complexidade. As técnicas arcaicas constituem certamente causas para a decadência do açúcar nordestino mas elas não são, por si mesmas, as causas principais. Com efeito, na época anterior à República já existiam técnicas aperfeiçoadas adaptáveis aos solos e à morfologia da zona da mata, por exemplo, e que não eram ignoradas no Nordeste (57).

Parece, ao contrário, que a decadência açucareira se deve antes a problemas sócio-econômicos e políticos do que meramente técnicos. De fato, no Nordeste, o progresso tecnológico somente foi aplicado ao nível da indústria do açúcar e não ao da cultura da cana — da qual, evidentemente, a fabricação depende porque as estruturas senhoriais da economia agrária da região não permitiram.

A introdução do progresso tecnológico na agricultura teria provocado, cedo ou tarde, a vinda de técnicos e de numerosos trabalhadores agrícolas especializados, como também de investimentos de capitais mais importantes. Em suma, a fortaleza em que se constituía o engenho tradicional teria que se abrir ao capitalismo industrial e financeiro de origem urbana, o que teria acentuado, em consequência, a penetração capitalista na zona rural e provocado a ruptura do sistema senhorial ainda forte e grandemente imbricado com o poder político da região.

Este ensaio de interpretação pode aclarar, também, as razões da falência do sistema dos engenhos centrais. Originariamente, com efeito, eles foram criados para conciliar as relações de produção agrária tradicional com as mais modernas técnicas de fabricação de açúcar. Separando-se as duas fases da produção açucareira e modernizando-se apenas a organização do setor industrial, aparece no sistema uma contradição difícil de ser superada. De um lado, o setor agrícola está inteiramente ultrapassado, não somente pelas técnicas de cultura da cana, mas principalmente pelos interesses econômicos e pelo ideal social da classe que as explora; de outro lado, o setor industrial é controlado pelo capitalismo industrial e financeiro, estrangeiro, nacional ou local,

(57). — Em 1879, o consul da França em Pernambuco se espanta do atraso das técnicas de produção na economia canavieira: 'Il se agit difficile d'expliquer cette négligence si elle n'avait par excuse une abondance de prospérité qui fut malheureusement d'une trop courte durée. Les provinces du Nord de l'Empire sont en relations fréquentes avec La Havane et nos Antilles où les perfectionnements d'agriculture et de fabrication ont fait des progrès qui n'ont, jusqu'à présent, pu être surpassés'.

AMAE-CC-Pernambouc, vol. 9, Rapport du 15-11-1879.

cuja preocupação de expansão e de modernização não se harmoniza com a estrutura senhorial do antigo engenho de açúcar (58).

O abastecimento dos engenhos centrais em matéria prima ilustra a contradição fundamental entre os dois setores da produção açucareira.

Um engenho tradicional forma um conjunto composto da plantação de cana e do moinho onde se efetua a transformação da cana, a um nível frequentemente artesanal. Em realidade, o setor industrial — o moinho — trabalha em função da cana disponível; isto é, o moinho tem uma cota de produção que sempre se harmoniza com a colheita de cana, seja ela boa ou não. As dificuldades momentâneas da plantação não provocam automaticamente a falência do moinho porque o sistema é suficientemente elástico para funcionar em regime fechado.

Frédéric MAURO, explicando a contradição aparente entre o pequeno lucro do senhor de engenho e sua vida suntuosa, escreve:

“Este paradoxo se explica em parte pelo caráter esquemático e teórico das contabilidades. Mas, ele se explica sobretudo pelas relações entre a produção e o consumo. O engenho vive em grande parte em economia fechada. Aquilo que é registrado pela contabilidade raramente foi objeto real de despesa monetária, porque o senhor de engenho soube obter de seu pessoal, por nada, utilizando apenas os tempos mortos. Ele somente compra no exterior certos produtos manufaturados e, quando a colheita é boa, produtos de luxo para o seu consumo pessoal. Economia especulativa, sem dúvida, mas muito pouco monetária, quase sempre à beira da falência mas, no fim de contas, bastante sólida para servir de suporte ao nascimento de uma civilização” (59).

Assim, esta organização da estrutura agrária da produção açucareira permite ao senhor de engenho tradicional sobreviver como tal, mesmo nos anos de depressão:

“ele pode sempre se sustentar e sustentar o seu pessoal com a produção de gêneros de subsistência do engenho... ele pode, pois, esperar um bom ano se ele atravessa uma campanha ruim, um bom período se ele vive um mau período e, às vezes, mesmo,

(58). — José Honório RODRIGUES, “A revolução industrial açucareira: os engenhos centrais”, in *Brasil Açucareiro*, ano XIV, vol. XXVII, fevereiro de 1946, nº 2. Rio de Janeiro, IAA, 1946, p. 83.

(59). — Frédéric MAURO, *op. cit.*, p. 169.

uma prosperidade de longa duração se ele conhece uma grande depressão, ainda que esta última traga frequentemente mudanças de estutura que o atingem diretamente” (60).

No momento em que aparecem os engenhos centrais, as mudanças sofridas pelos antigos engenhos apenas atingem o setor industrial; o engenho torna-se uma simples plantação de cana, isto é, um engenho de fogo morto — o termo *engenho* passa a ser, então, um simples hábito linguístico. O fenômeno, entretanto, é importante pelas suas repercussões econômicas e sociais. Enquanto simples fornecedor de cana, o antigo senhor de engenho é aparentemente favorecido duplamente; de um lado, ele se vê aliviado da produção industrial do açúcar, do seu transporte para o mercado consumidor e, sobretudo, do mecanismo financeiro bastante complexo no qual ele estava envolvido; de outro lado, ele continua sempre a possuir grandes propriedades, fundamento do sistema político-social da região.

Entretanto, renunciando à produção industrial, o antigo senhor de engenho é rejeitado do setor mais dinâmico e moderno da economia regional; com o tempo, isto representa uma queda certa na hierarquia social e uma perda de influência política e econômica. Assim, nos anos de 1950, os antigos senhores de engenho ou, simplesmente, os fornecedores de cana formam apenas um setor secundário ao lado da classe dirigente da região.

Por outro lado, o engenho central é uma fábrica moderna, aberta, que funciona segundo os princípios da economia capitalista dos fins do século XIX e que é, portanto, submetida às leis do mercado livre; ele precisa ser competitivo para sobreviver. Além disso, os investimentos massivos de capitais necessários à instalação de um engenho central exigem um nível de produtividade elevado, o que somente pode ser obtido graças a uma planificação da produção.

Ora, como a produção industrial depende do fornecimento de canas e como este fornecimento pelas plantações é sempre incerto, os engenhos centrais são todos, antes mesmo de funcionar, condenados à falência. Com efeito, a resistência dos antigos senhores de engenho aparece desde a instalação dos primeiros engenhos centrais; ela atinge o novo sistema em seu ponto fragil, ameaçando o abastecimento das fábricas em matéria prima (61). As canas não são entregues nem em quantidade suficiente nem a uma cadência conveniente e a experiência dos engenhos centrais durará apenas uma quinzena de anos.

(60). — *Idem, idem*, p. 341.

(61). — Alice P. CANABRAVA, “A grande Lavoura” in *História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)*. Tomo II, vol. 4, p. 109.

A usina substitui o sistema dos engenhos centrais; porem, desta vez, a produção agrícola e o processo industrial são concentrados em uma só mão. A usina representa, assim, uma síntese entre os dois setores da produção configurando uma importante transformação na economia do açúcar: a passagem de uma economia controlada por capitais predominantemente agrários, para uma economia dominada por capitais predominantemente industriais (62).

*

6. — OS ENGENHOS CENTRAIS.

Durante o século XIX, as iniciativas para modernizar a indústria açucareira brasileira são numerosas, embora estejam quase sempre atrasadas em relação aos outros países produtores. Entre essas iniciativas, podem ser assinaladas mais particularmente a introdução do moinho a vapor, a adoção de cilindros horizontais aperfeiçoados (63), a utilização do bagaço e a adaptação das caldeiras a esse novo combustível, o aparecimento de modernos processos de fabricação do açúcar branco e o abandono dos antigos métodos de purgar (64).

Entretanto, a aplicação dessas técnicas modernas é lenta e refere-se apenas a alguns engenhos mais importantes situados nos principais Estados produtores de açúcar. Assim, o vapor é introduzido como força motriz na Bahia em 1815, em Pernambuco em 1817 e em Campos, em 1827 (65); mas, em 1854, dos 532 engenhos existentes em Pernambuco, 101 são movidos pela água, 426 por animais e somente 5 utilizam o vapor como força motriz. Em 1914, dos 2.756 engenhos pernambucanos — inclusive as engenhocas —, 329 são hidráulicos, 1.182 são de tração animal e apenas 785 utilizam-se do vapor, isto é, 28% do total (66).

Alem disso, com o processo extremamente lento de renovação tecnológica — atingindo uma por uma as unidades de produção — essas técnicas não são suficientes para romper o sistema dos engenhos tradicionais que, no conjunto, conservam os mesmos traços arcaicos de outrora. Contudo, as crises que assolaram o açúcar brasileiro durante a segunda metade do século passado, a difusão generalizada do progresso material sob o Segundo Reinado, o interesse cada vez maior

(62). — Miguel COSTA FILHO, "Engenhos centrais e usinas", in *Revista do Livro*, ano V, nº 19, setembro de 1960. Rio de Janeiro. MEC-INL, 1960 pp. 89 e 90.

(63). — Frédéric MAURO, *op. cit.*, p. 167.

(64). — Cf. Henri DIAMANTI, *op. cit.*, pp. 26 e 27.

(65). — Alice P. CANABRAVA, *op. cit.*, p. 105.

(66). — Manuel Correia de ANDRADE, *op. cit.*, p. 85.

manifestado pelo capital estrangeiro pelo Brasil e a necessidade de adaptar a produção econômica ao trabalho livre (67), levam o Governo Imperial a proceder uma profunda revisão do antigo sistema.

Na verdade, desde 1857, a Câmara Provincial de Pernambuco havia expressado o desejo de instalar engenhos centrais naquela província (68). Mas, o processo de instalação somente é possível depois da lei imperial de 1875, que regulamenta a instalação das grandes fábricas.

A lei de 1875 foi criada, ao que parece, com a intenção de atrair importantes investimentos no setor. Com efeito, a montagem de um engenho central exige grandes quantidades de capital que precisam, por sua vez, de garantias seguras, em razão principalmente do sucesso aleatório da modernização da indústria açucareira no Brasil. Assim, importantes estímulos foram concedidos às empresas, em particular uma taxa de interesse garantido de 7% por ano durante vinte anos sobre o capital efetivamente investido, o direito de expropriar terrenos e edifícios necessários à fábrica, o direito de utilizar, para sua construção, material — madeira, por exemplo — dos municípios ou dos terrenos públicos em geral, a isenção dos impostos de importação de máquinas estrangeiras.

A partir de 1874, os engenhos centrais aparecem no Brasil, instalados quase sempre por sociedades estrangeiras, especialmente inglesas. Os engenhos centrais foram concebidos originalmente por empresários franceses nos inícios do século XIX; parece que a experiência começou em 1838 com a instalação pela empresa Derosne & Cie. de estabelecimentos chamados de “fábricas centrais”, na ilha de Bourbon, estendendo-se em seguida a Martinica e a Guadeloupe (69).

Este tipo de fábrica de açúcar tinha sido, portanto, experimentado com sucesso nas Antilhas e o seu aparecimento no Brasil dependia aparentemente apenas dos necessários investimentos (70).

Na verdade, o problema merece explicação mais detalhada. Em termos de maximização de lucros, parece evidente que a aceitação de qualquer progresso tecnológico que aumente a produtividade de um determinado setor econômico deveria ser pacífica. Entretanto, em termos de “racionalidade político-social” ou, se se preferir, de “lógica

(67). — José Honório RODRIGUES, *op. cit.*, p. 82.

(68). — Gi'eno de CARLI, “Geografia econômica e social da cana de açúcar no Brasil”, in *Brasil Açucareiro*, ano V, vol. X, nº 4 p. 293.

(69). — Alice P. CANABRAVA, *op. cit.*, p. 108.

(70). — Humberto BASTOS, *Rumos da civilização brasileira*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1943, pp. 132 e 133.

interna do sistema”, nem sempre a questão se apresenta com a mesma clareza.

Assim, o sucesso dos engenhos centrais nas Antilhas francesas, por exemplo, deve-se mais às estruturas locais determinadas em grande parte ainda pelo governo colonial francês, devendo-se notar que os capitais industriais já formam, na França dos meados do século XIX, o setor de vanguarda da economia.

No Brasil — apesar de na época tratar-se de país político-administrativamente autônomo — as heranças coloniais de dominação agrária ainda perduram na sua estrutura econômica; por isso mesmo, o processo de modernização, requerido pelo capitalismo industrial, torna-se lento e a cada instante é questionado pelos grupos agrários dominantes. Além disso, essas pressões, embora a nível do sistema capitalista mundial, não são do tipo mais ou menos fechado existentes entre metrópole-colônia, a exemplo das Antilhas. A capacidade de resistência à modernização entre os grupos agrários dominantes num país independente parece ser, pois, muito maior do que o teria sido numa colônia clássica como as Antilhas francesas.

Apesar disso, são os próprios grupos agro-açucareiros brasileiros que, originariamente, defendem a instalação dos engenhos centrais; mas eles o fazem sem que o fato implique necessariamente numa posição contraditória desde que, na verdade, os engenhos centrais não deveriam passar de simples meios auxiliares ou instrumentos de sustentação dos grandes proprietários de terra.

Entretanto, para funcionar, o sistema de engenhos centrais exige previamente a modernização e a cooperação dos dois setores da produção, o que já havia sido realizado em grande parte nas Antilhas, mas que não era absolutamente o caso do Brasil. Até mesmo em Guadeloupe, por exemplo, houve importantes resistências às “fábricas centrais”; assim, de 1850 a 1860, assinala-se que a indústria açucareira local apresenta um quadro de estagnação e, em 1855, um relatório do Governador da colônia constata que

“dans la plus grande partie des habitations, on recontre encore aujourd’hui les primitives chaudières en potin du père Labat, ce sont les mêmes râteaux, les mêmes rôles verticaux, le vezou sort de la grande à l’état de sucre d’un brun noirâtre pour être livré au commerce de nos ports sans autre préparation qu’un égouttement de quelques jours” (71).

(71). — Josette FALLOPE-LARA, *La Guadeloupe entre 1848 et 1900: contribution à une étude sur les conséquences de l’émancipation et les crises de la fin du siècle* (Tese de Doutorado). Texto mimeografado. Paris, 1971, p. 130.

No Brasil, os engenhos centrais representam uma iniciativa do Governo sob pressão dos grupos agro-açucareiros ainda no poder.

RAFFARD, produtor de açúcar dos fins do século XIX, justifica a implantação dos engenhos centrais da seguinte maneira:

“Não só para separar dois gêneros de trabalho completamente diferentes, como porque as dispendiosas instalações dos aparelhos e maquinismos aperfeiçoados não podiam ser feitas pelos lavradores isoladamente, salvo raras exceções, nasceu a necessidade de associações de agricultores e capitalistas para a realização das grandes fábricas centrais, onde o pessoal técnico e habilitado labora o produto que leva o agricultor, interessado na prosperidade da fábrica, pelo comprometimento de suas economias recebendo em troca o valor mercantil das suas canas e os conselhos que o profissional lhe dá para realizar melhoramentos no solo e, portanto, aumento da riqueza sacarina da gramínea que um cultiva e o outro labora” (72).

Assim, aparentemente, os engenhos centrais foram o meio encontrado para socorrer os senhores de engenho, já em crise há bastante tempo. Na verdade, o novo sistema não representa uma solução definitiva para o problema açucareiro, desde que as suas funções não ultrapassam o papel de mero auxiliar da produção agrária tradicional.

Algumas limitações legais impostas aos engenhos centrais ilustram, aliás, esse fato: proibição de plantar cana, obrigação de construir vias férreas para facilitar o transporte da matéria prima da plantação à fábrica, proibição de utilizar a mão-de-obra escrava, implantação da fábrica em lugares previamente designados pelo Governo, etc. (73).

Apesar de constituir uma empresa privada, o estatuto jurídico do engenho central é de tal maneira ambíguo, sua dependência face ao poder político tão flagrante, que seria melhor talvez classificá-lo como uma empresa semi-oficial, como uma concessão do Governo (74).

Apesar dessas restrições legais que ligam estreitamente o engenho central ao sistema tradicional dos engenhos, as instalações do novo tipo

(72). — Henry RAFFARD, *op. cit.*, p. 13.

(73). — Cf. Edgard CARONE, *A República Velha (Instituição e Classes Sociais)*, p. 53.

Cf. também Manuel Correia de ANDRADE, *op. cit.*, p. 86.

Cf. ainda: Gileno de CARLI, *O processo histórico da usina em Pernambuco*, p. 7.

(74). — Gileno de CARLI, *op. cit.*, p. 12.

de estabelecimento são numerosas em todo o Brasil. Com exceções de poucos instalados por capitalistas brasileiros, a maioria é fruto de investimentos estrangeiros (75).

Assim, foram criados no Rio com capitais nacionais, em 1875, o engenho central de Quissaman, em 1881 o de Brachui, em 1888 os de São Fidelis, de Airisés e de Campo Grande. Em São Paulo, o capital brasileiro instala em 1881 os de Lorena, Piracicaba e Porto Feliz (76), em 1883 o de Tietê e em 1884 o de Taubaté.

Os ingleses são, na época, quase os únicos estrangeiros que se interessam pelos engenhos centrais. Eles instalam no Rio de Janeiro, em 1880 o estabelecimento de Araruama (*The Rio de Janeiro Central Sugar Factories*), em 1882 os de Muriaé, de Itaboraí e de São João da Barra (*The London and Brazilian Sugar Factories*); em São Paulo, eles financiam em 1881 o de Capivarí (*The São Paulo Sugar Factory of Brazil*).

Em Pernambuco, são os capitais ingleses que fundam os primeiros engenhos centrais. Em 1881, são inaugurados os de Palmares, do Cabo, de Água Preta e de Escada, todos construídos por *The Sugar Factories of Brazil*; em 1884, o de Nazaré da Mata (*The Nazareth Central Sugar Factory of Brazil*); em 1888, o engenho central instalado pela *The North Brazilian Sugar Factories*.

Assinalam-se, entretanto, algumas iniciativas locais como as de Jovino Bandeira que, em 1881, instala o engenho central de São Lourenço da Mata, e a de Domingos Moutinho que, em 1882, constrói os de Nazaré, Itambé, Ipojuca e Sirinhaem.

Os franceses participam, então, no processo inicial de instalação sobretudo na parte técnica, na montagem das fábricas e, às vezes, na gerência das mesmas. Em 1873, Pernambuco já havia contratado com Fives-Lille a instalação de um engenho central através da *Compagnie Franco-Brésilienne de la Province du Pernambouc*, de capitais franco-brasileiros, empreendimento, no entanto, fracassado (77).

Em 1888, o consul da França em Pernambuco assim descreve o engenho central de Bamburral, situado a 9 Km. de Aripibú, ao sul do Recife, e montado pelo engenheiro francês Emile Billon com material vindo da França: o transporte da cana é feito por um "chemin

(75). — José Honório RODRIGUES, *op. cit.*, ano XIV, vol. XXVII, março de 1946, nº 3, pp. 37 e sq.

Cf. também: *Idem, idem*, ano XIV, vol. XVIII, abril de 1946, nº 4, p. 102.

(76). — Cf. Gadiel GERRUCI, *op. cit.*, pp. 123 e sq.

(77). — Gileno de CARLI, "Geografia econômica e social da cana de açúcar no Brasil", p. 293.

de fer portatif” (*sic*) de 4 Km; as canas alimentam um moinho construído por Mariolle-Pinguet, de Saint-Quentin e movido por um motor do mesmo construtor. A capacidade do moinho é de 125 toneladas por dia. A cana esmagada, ou bagaço, é então enviada aos geradores onde ela é queimada em fornos especiais, o que é bastante, sem necessidade de outro combustível, para a produção do vapor exigido pela fabricação. Os geradores, que apresentam uma superfície de esquentamento de 310 m., foram construídos por Bédie Frères, estabelecidos em Man (Somme), bem como o conjunto do material e das máquinas, salvo o moinho. Os aparelhos que preparam o caldo são dispostos gradualmente, de maneira a economizar a tubulação e a facilitar o trabalho das máquinas para o efeito tríplice e o do aparelho de cozinhar. As turbinas são solidamente estabelecidas e dão, graças à sua velocidade de 1.800 voltas/minuto e graças ao vapor acondicionado dos secadores, açúcares de primeiro e segundo jatos conforme os tipos pedidos pelo mercado de Pernambuco. Os aparelhos desta “fábrica central”, que podem fabricar 140 sacos por dia, isto é, cerca de 10.500 Kg., foram concebidos não somente para produzir o açúcar demandado pelo consumo local como também todos os tipos destinados à exportação (78).

A proliferação dos engenhos centrais provoca um *boom* na produção açucareira; a melhoria dos meios de transporte torna mais eficaz e mais rápido a entrada do açúcar na praça do Recife. Em dezembro de 1883, o consul da França em Pernambuco descreve assim os primeiros sinais da mudança:

“Les arrivages (à Recife) en sucres ont été très grands, durant ces trois derniers mois; ils ont devancé l'époque habituelle de leur apparition sur le marché, ils se continuent avec une activité sans précédents et continueront ainsi, à n'en point douter, durant toute la campagne. Il est permis d'apercevoir déjà dans ce mouvement ascensionnel de la production et du transit un premier effet des avantages offerts à l'agriculture par l'impulsion donnée à la création des usines centrales et par l'ouverture de nouvelles voies ferrées” (79).

Esses fatos fazem com que sejam esquecidas pelos observadores da época as dificuldades e as contradições do novo sistema.

Na verdade, desde pelo menos 1885, começam a aparecer os primeiros e grandes problemas provocados pelos engenhos centrais.

(78). — *AMAE-CC-Pernambouc*, vol. 9, *Rapport* du 12-11-1888.

(79). — *AMAE-CC-Pernambouc*, vol. 9, *Rapport* du 20-12-1883.

Basta, aliás, a má colheita de 1884 para que surja em Pernambuco uma crise açucareira que se prolongará até os inícios da República.

Um observador contemporâneo tenta analisar as causas da crise, privilegiando mais os aspectos secundários do problema. Assim, o resultado negativo dos engenhos centrais teria sido provocado mais por razões técnicas do que estruturais. De um lado, o percurso das linhas férreas teria sido mal escolhido e o seu traçado mal executado. De outro lado, os engenhos centrais teriam sido instalados em áreas mal selecionadas. Enfim, muitas das concessões teriam sido entregues a especuladores, cujo único interesse residia na garantia de lucros elevados que as leis permitiam. Em realidade, dos treze engenhos centrais concedidos até 1885, somente quatro funcionavam, um dos quais não tendo ainda podido cotar seus açúcares na praça do Recife (80).

Por outro lado, numerosos pequenos engenhos centrais foram criados indiscriminadamente, graças às subvenções governamentais (81). Bastava, aliás, que um senhor de engenho introduzisse algumas modificações ou alguns aperfeiçoamentos na sua moenda para que pedisse e obtivesse os favores do poder público. Em realidade, as falências foram tão numerosas quanto as inaugurações de engenhos centrais.

As razões do fracasso generalizado dos engenhos centrais parecem-nos bastante claras. Já assinalamos, acima, a contradição interna que determina essencialmente o desaparecimento do sistema. A ela, devem-se ainda acrescentar outros fatores, mais visíveis porque mais imediatos (82). As máquinas importadas são frequentemente usadas ou velhas demais. Em 1883, por exemplo, o consul da França em Pernambuco descreve, assim, um acidente ocorrido no engenho central de Cuyambuca, pertencente aos *The Central Sugar Factories of Brazil*:

“as turbinas, encarregadas de cristalizar o açúcar, explodiram fazendo no mínimo dois mortos e inúmeros feridos. As máquinas atingidas foram compradas depois que o rei do Egito as recusara e, po tanto, elas eram pelo menos suspeitas de defeitos de fabricação” (83).

(80). — *AMAE-CC-Pernambouc, vol. 9, Rapport du 26-1-1885.*

(81). — A partir de 1881, o número dos pequenos engenhos centrais que já empregam aparelhos aperfeiçoados parece aumentar rapidamente. O consul da França em Pernambuco assinala que chegaram em Pernambuco 8.000 colis de máquinas em 1882, 15.000 em 1883 e quase a mesma quantidade em 1884.

Cf. *AMAE-CC-Pernambouc, vol. 9, Rapport du 26-1-1885.*

(82). — Alice P. CANABRAVA, *op. cit.*, p. 109.

(83). — *AMAE-CC-Pernambouc, vol. 9, Rapport du 20-12-1883.*

Alguns engenhos centrais não passavam de simples banguês disfarçados. A mão-de-obra especializada era escassa e alguns técnicos estrangeiros não passavam de charlatões atraídos pelo importante mercado de trabalho especializado brasileiro. Os transportes eram insuficientes e mal concebidos. Entretanto, a causa mais evidente foi sem dúvida a irregularidade no fornecimento da matéria prima.

Com o fracasso dos engenhos centrais — eles duraram apenas uma quinzena de anos — não se pensa em voltar atrás, restabelecendo-se a produção baseada no antigo banguê. Com efeito, a importância das somas de dinheiro investidas e a impossibilidade de uma “involução tecnológica” levam, ao contrário, a uma nova etapa da “revolução tecnológica” açucareira no Nordeste, representada pelas usinas.

*

7. — AS USINAS.

As usinas trazem problemas novos à conjuntura regional da época. Aparentemente, voltou-se a um sistema de produção semelhante àquele do antigo engenho, isto é, os dois setores da produção açucareira — o agrícola e o industrial — encontram-se novamente reunidos em uma só empresa.

Na realidade, porém, a usina representa a consolidação do capital industrial e financeiro no campo que, a partir de agora, passa a controlar sozinho todo o processo econômico do açúcar, desde a cultura da cana até a distribuição comercial, passando pela fase industrial. Neste sentido, a usina é a síntese das duas etapas precedentes da revolução açucareira. Ela se harmoniza também com as grandes linhas do desenvolvimento brasileiro durante a Primeira República; a supremacia das cidades sobre o campo, o processo industrializante, o domínio do capital industrial e financeiro, nacional ou estrangeiro, sobre as atividades econômicas do país.

Em Pernambuco, no entanto, o aparecimento das usinas marca um recuo do capital estrangeiro, de tal maneira que certos autores modernos consideram a retomada da industrialização do açúcar pelo capital nacional como uma das características mais interessantes do fenômeno usineiro nordestino (84). Com efeito, parece que os inícios da República brasileira não tenham sido desprovidos de um certo caráter nacionalista *avant la lettre*, sobretudo o curto período do Governo Provisório com as medidas político-econômicas de Rui Barbosa

(84). — Gileno de CARLI, *O processo histórico da usina em Pernambuco*, p. 12.

(85); além disso, é fato sabido que o capital estrangeiro se dirige preferencialmente para os polos econômicos dominantes, no caso brasileiro da época, situados no sul do país.

A usina é uma empresa privada, sem obrigações com o Estado, com toda a liberdade de se instalar onde pretender o empresário; ela é livre sobretudo de plantar suas próprias canas, o que será fatal ao engenho tradicional.

Assim, a usina combina o projeto dos engenhos centrais — instalação de grandes fábricas modernas — com a propriedade das plantações de cana que asseguram a matéria prima necessária. Com a posse da terra e com a cultura de suas próprias canas, o usineiro tende a se tornar inteiramente independente dos fornecedores, eliminando, assim, a contradição que existia no sistema dos engenhos centrais.

Entretanto, a usina não constitui, rigorosamente falando, um sistema original, pois, em realidade, alguns proprietários de engenhos centrais já o praticavam anteriormente. DIAMANTI, em seu relatório já citado, refere-se ao fato e aconselha aos industriais plantarem cana nos vastos terrenos em redor dos engenhos centrais, em vez de os arrendarem, como até então fazia a maioria; segundo o mesmo Autor, esta medida permitiria anular a ignorância desconfiada e pertinaz da imensa maioria dos fornecedores, ajuntando que alguns proprietários estrangeiros, assim agindo, têm obtido notáveis resultados (86).

Na verdade, porém, o obstáculo maior ao rápido desenvolvimento da “revolução tecnológica” do açúcar não era representado pela “ignorância dos fornecedores” mas pela ameaça do seu desaparecimento como classe, implicada no desenvolvimento e no expansionismo usineiro.

Os poderes públicos, no entanto, encorajam a criação de usinas, em particular através de uma legislação de incentivos; de uma maneira geral, pode-se dizer que a maioria dos governadores de Pernambuco ou são fortemente influenciados pelo novo setor da classe dominante, ou são eles próprios usineiros (87).

Em Pernambuco, a ação oficial em favor das usinas começa com o decreto de 2 de abril de 1890, no Governo do Barão de Lucena. Os sucessores de Lucena, especialmente Barbosa Lima, aceleram o fenômeno usineiro aumentando os empréstimos oficiais e reforçando

(85). — Gadiel PERRUCCI, *op. cit.*, pp. 110 e sq.

(86). — Cf. Henri DIAMANTI, *op. cit.*, p. 25.

(87). — Gileno de CARLI, *op. cit.*, p. 40.

os privilégios fiscais das novas empresas. Em 1890 e 1891, as usinas obtêm o privilégio de zona, isto é, cada usina se reserva uma zona de influência com um raio de 15 Km; em outros termos, ficava proibido construir uma usina numa zona em que já existisse outra instalada.

As consequências dessa decisão foram evidentemente desastrosas para os antigos engenhos desde que eles ficaram obrigados, a partir de então, a somente vender suas canas à usina de sua própria zona, estabelecendo-se quase que um regime de monopólio usineiro. Assim, a usina pode facilmente impor os seus preços aos fornecedores e, eventualmente, comprar suas terras abaixo dos preços correntes (88).

Nos começos da República, os empréstimos do Governo são ainda modestos e destinados antes de tudo às pequenas e médias usinas. O custo de instalação é, então, de cerca de 300 contos de réis para as pequenas e de mais de 600 contos para as maiores. O empresário recebe um terço do capital necessário à construção contra a hipoteca da fábrica; as amortizações, de 10% por ano, no início, são reduzidas em 1890 para 5% por ano.

Durante o governo de Barbosa Lima (1892-1896), instala-se em Pernambuco a maior parte dos modernos estabelecimentos da nova indústria do açúcar. Até 1892, os empréstimos destinados à montagem de dez usinas se elevam a um total de 2.190 contos de réis; em dezesseis meses, sob o governo de Barbosa Lima, as somas emprestadas para a instalação de 26 usinas se elevam a 13.950 contos de réis aproximadamente; certos empréstimos contratados atingem mesmo o montante de 900 contos de réis, individualmente (89).

Em certos momentos, a participação do empresário não passa do terreno, a fábrica, portanto, nada lhe custando. Assim, o sistema de produção baseado na usina triunfa tão espetacularmente, em Pernambuco, que os usineiros se sentem bastante poderosos para recusar o pagamento de suas dívidas contraídas ao Estado. Apesar de recusas sistemáticas e de disposições legais bastante claras permitindo ao Estado vender em leilão as usinas devedoras, não se conhece um só caso de intervenção estatal por motivo de dívidas públicas das usinas e não pagas, tão perfeita era a identificação entre o poder público e o sistema usineiro.

Essa identificação marca, aliás, não somente a fase final da “revolução tecnológica” do açúcar mas representa também, no plano político, a tomada do poder pelas novas elites saídas, na maior parte, do

(88). — Para os preços de custo da cana produzida pelos fornecedores, Cf. Gileno dé CARLI, *op. cit.*, p. 72.

(89). — Gileno dé CARLI, *op. cit.*, p. 14.

capital industrial e financeiro, responsável, em última análise, pelo financiamento e instalação das usinas no Nordeste.

Os laços entre a indústria açucareira e o capital urbano são, aliás, evidentes; o fenômeno começa, na verdade, bem antes do aparecimento das usinas. A introdução de máquinas aperfeiçoadas nos engenhos de açúcar implica, pelo menos desde a segunda metade do século XIX, num endividamento progressivo e, conseqüentemente, numa dependência dos produtores em relação aos comissários e aos financistas do Recife. Em 1890, um produtor de açúcar reconhece que a quase totalidade dos engenhos centrais — trata-se antes de tudo daqueles montados por capitalistas brasileiros — estão hipotecados aos bancos e aos portadores de títulos, mas também que a maioria dos próprios fornecedores estão endividados de uma maneira ou de outra (90).

Na verdade, o fenômeno enquadra-se perfeitamente dentro do processo econômico vivido pelo Brasil nos fins do Segundo Reinado e durante todo o período republicano. Durante a Primeira República, o país conhece uma grande extensão da rede bancária e uma forte penetração de capitais estrangeiros que se dirigem principalmente para o financiamento da modernização parcial da infra-estrutura brasileira, como a construção de caminhos de ferro, modernização e construção de portos, reformas urbanas etc. Entretanto, são os bancos, especialmente os estrangeiros, que se encarregam de financiar a produção e que controlam todo o comércio exterior da nação; eles se tornam, assim, num país exportador por excelência, os verdadeiros árbitros do desenvolvimento nacional.

Em Pernambuco, este fenômeno parece apresentar um caráter centralizador mais acentuado do que no Sudeste (91). Assim, os usineiros e fornecedores fazem empréstimos aos banqueiros-exportadores locais a taxas que podem atingir 12% e contra garantia das fábricas ou das colheitas. Além disso, os banqueiros-exportadores cobram comissões que representam até 6% do preço da venda, impõem taxas de transporte e de entrepostos elevadas, o que lhes permite controlar estritamente toda a produção açucareira.

(90). — Henry RAFFARD, *op. cit.*, p. 14.

(91). — Em 1885, há somente dois bancos em Recife e todos os dois são ingleses: "London and River Plate Bank Ltd.", com um capital de £ 1.500.000, e "London and Brazilian Bank Ltd.", com capital de £ 1.500.000 (Cf. *AMAE-CC-Pernambouc*, vol. 9, *Rapport du* 26-1-1885).

Entretanto, dez anos depois, àqueles juntam-se mais quatro bancos com capitais brasileiros: Banco Popular, Banco de Crédito Real de Pernambuco, Banco de Pernambuco e Banco Emissor de Pernambuco (Cf. *AMAE-CC-Nouvelle Série*, vol. 74, *Rapport du* 21-6-1895).

O consul da França na Bahia cita um exemplo local do domínio do capital financeiro sobre o açúcar, exemplo que é válido, aliás, para outras regiões açucareiras.

“Com um estoque local de 440.000 a 500.000 sacos — escreve o consul — pagou-se sem nenhum protesto no Rio de Janeiro, de 700 a 730 réis o quilo de açúcar que havia custado apenas 200 réis a fabricar, enquanto que em fevereiro último — o consul escreve em agosto de 1913 — os preços tendo caído a 440 e 480 réis, com estoque de apenas 320.000 sacos, reclamou-se de açambarcamento do mercado. O Sindicato Açucareiro da Bahia, que compreende doze usinas das vinte e uma existentes, foi fundado por uma firma de banqueiros-exportadores portugueses que construíram rapidamente uma fortuna colossal, obrigando os diretores das empresas ajudadas financeiramente por eles a lhes pagar uma taxa de 10%, depois a utilizar o Sindicato como intermediário para as vendas do açúcar, pagando 6% de comissão, para o fornecimento de material, compra de sacos de algodão etc; mas, acrescenta o consul, é indubitável que, sem a ajuda do Sindicato, a indústria açucareira não teria atingido o desenvolvimento que ela possui agora” (92).

Entretanto, se os privilégios exorbitantes e o apóio do capitalismo urbano beneficiam largamente as usinas em relação ao antigos engenhos, estes mostram ainda uma grande capacidade de resistência e de adaptação às novas conjunturas; eles somente desaparecerão definitivamente como unidades de produção de alguma importância depois de 1930. O fato se deve, ao que parece, a dois fatores: as crises açucareiras durante a Primeira República e a falta de mercados para o açúcar nordestino que bloqueia o aumento da produção (93).

Em definitivo, se o fenômeno usineiro é importante para explicar o crescimento de Recife, não somente pela concentração nessa cidade das operações financeiras e pela criação de indústrias de bens de consumo, mas também pelo crescimento demográfico que é o resultado do êxodo rural, o novo grupo dos usineiros não constitui por esta razão um elemento social ativo na construção de uma sociedade mais aberta e democrática (94).

Ao contrário, a estrutura montada a partir do fenômeno usineiro parece possuir um caráter aristocrático e autoritário muito mais acentuado do que aquele revelado pelo sistema anterior baseado nos en-

(92). — *AMAE-CC-Nouvelle Série, vol. 73, Rapport du 14-8-1913.*

(93). — Edgard CARONE, *op. cit.*, p. 57.

(94). — Miguel COSTA FILHO, *op. cit.*, p. 90.

genhos tradicionais. O fato, na verdade, apesar de trazer importantes consequências para a região, indica que não houve uma ruptura estrutural na economia agro-industrial nordestina. O caráter agro-industrial do fenômeno usineiro — e não apenas industrial — representa também objetivamente os limites da modernização e dos compromissos possíveis dos grupos agrários com o capitalismo industrial e financeiro.

Na realidade, o espírito capitalista e expansionista mais visível do grupo dos usineiros torna-o mais potente e mais ganancioso. Se é verdade que alguns problemas técnicos, como os métodos de produção do açúcar e os transportes, foram em parte resolvidos pelas usinas, elas não contribuíram em nada — antes agravaram — para uma solução das antigas tendências reacionárias do sistema econômico regional, a exemplo da exploração latifundiária, da concentração fundiária, do nível de renda muito baixa da população rural (95).

Enfim, se o sistema usineiro provoca mudanças importantes, ele deixa intacta a estrutura de dominação agrária regional, acentuando o caráter monocultor e mono-exportador da economia e contribuindo, assim, para o agravamento dos desequilíbrios regionais no Brasil, de que o Nordeste parece representar um dos polos negativos.

*

8. — CONCLUSÃO.

A Primeira República parece ter sido um período muito importante para a nossa história contemporânea principalmente porque se assiste a uma transição entre duas épocas: a era pré-industrial e a era industrial no Brasil.

A economia monocultora e mono-exportadora constitui o setor dominante, mas a acumulação capitalista que resulta em parte da exportação do café torna pouco a pouco possível a criação de um parque industrial moderno ao redor de São Paulo.

A transição é marcante também nas relações entre o Brasil e o mundo capitalista ocidental, em razão dos acontecimentos internacionais da época. De um lado, a nova distribuição internacional do trabalho provocada pela expansão do capitalismo industrial e financeiro dos fins do século XIX, leva o Brasil a tornar-se um grande produtor de gêneros tropicais. De outro lado, a penetração do capital estran-

(95). — Fernando de Azevedo, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. Rio de Janeiro, IAA, 1948, p. 219.

geiro no Brasil contribui de uma maneira decisiva para modernizar inúmeros setores da infra-estrutura nacional.

Enfim, as crises e os conflitos europeus, coincidindo com uma prosperidade brasileira generalizada, aceleram o progresso da indústria nacional através do mecanismo de “substituição de importações”.

Durante o período estudado, o papel desempenhado pelas grandes cidades torna-se bastante importante. Embora a população brasileira apresente um crescimento relativo ainda pequeno, o êxodo rural é intenso; as cidades encontram-se “inchadas” pelo excesso de população, tornando-se reservatórios de mão-de-obra barata para as atividades industriais no momento em que se assiste ao aparecimento de um mercado interno para os produtos manufaturados.

Entretanto, o desenvolvimento nacional é desigual e desequilibrado. Os polos de crescimento se deslocam para o Sudeste e as antigas províncias do Nordeste estão quase que condenadas à estagnação econômica. Exceto o efêmero surto da região Norte, provocado pela exploração da borracha, não ocorre nada de comparável no plano econômico entre as duas grandes partes do país, o sul e o norte.

O caráter de transição pode ser assinalado também no nível político e social. De uma parte, a decadência do açúcar nordestino enfraquece a influência política da antiga aristocracia regional em proveito dos fazendeiros de café do Sudeste que ascendem ao poder, no início do período republicano. De outra parte, com o progresso industrial e o crescimento das cidades, aparecem no Brasil novas elites urbanas, baseadas no capital industrial e financeiro, que disputam o poder com os setores agrários tradicionais.

Do ponto de vista regional e nordestino, as mudanças são também dignas de referência, embora marcadamente diferentes daquelas ocorridas no sul do país.

Na realidade, o progresso econômico apenas atinge algumas grandes cidades onde se concentra a elite da burguesia comercial, industrial e financeira da Região. Nesse sentido, a mudança somente existe no próprio meio da classe dirigente; a modernização do setor industrial da produção açucareira provoca um lento mas irreversível processo de eliminação dos antigos senhores de engenho em benefício dos usineiros, banqueiros, comerciantes e industriais.

O fracasso dos engenhos centrais, que teriam representado uma tentativa de “democratização” por etapas do setor dominante da economia, acentua o caráter autoritário e centralizador do sistema econômico regional. Assim, as usinas não contribuem para a ruptura das

estruturas econômicas regionais, representando tão somente uma relativa mudança no controle do mecanismo da produção, fenômeno que, aparentemente não constitui fator de progresso social e político para a Região.

Entretanto, em consequência de maiores investimentos na economia açucareira, a infra-estrutura de algumas cidades, como Recife, é parcialmente modernizada, o que na verdade facilita um relativo surto de crescimento das atividades industriais locais, embora esse fato não contribua em quase nada para atenuar a dependência regional em face do Sudeste brasileiro.

Assim, no Nordeste, a Primeira República, em linhas gerais, apresenta também o período em que o regime de produção açucareira das usinas se consolida e impede as reformas estruturais e a diversificação da produção econômica; isso, talvez, tenha constituído um dos mais importantes fatores internos que determinaram o atraso econômico regional e, em consequência, uma das causas explicativas para o subdesenvolvimento crônico atual do conjunto nordestino.

V. — SESSÃO ADMINISTRATIVA.
(**Novos Estatutos**).

(*) . — As moções e propostas apresentadas já foram comentadas na Introdução (*Nota da Redação*).

A sessão administrativa foi aberta às 9,00 horas pelo Presidente da ANPUH, Prof. Eurípedes Simões de Paula e devidamente secretariada pela Profa. Alice Piffer Canabrava, Secretária-Geral.

O Presidente solicitou dos presentes que enviassem à Mesa emendas ao projeto dos novos Estatutos da Associação que tinham sido apresentados junto com o material fornecido aos Simposiastas.

Depois de vários debates, foram apresentadas três propostas que foram aprovadas pelo plenário e determinaram modificações no projeto apresentado.

*

PROPOSTA nº 1 (1).

Propomos que se acrescente o cargo de *Vice-diretor* no elenco da Diretoria da ANPUH na reforma do seu Estatuto.

Aracaju, 3 de setembro de 1975

- a). — Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula
Claudia Nikitiuk.

*

PROPOSTA nº 2 (2).

Propomos a criação de Sub-Núcleos da ANPUH e que um deles fique situado na Região Sul Fluminense.

Aracaju, 3 de setembro de 1975

- a). — Sônia Gonçalves
Eloina Monteiro
Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões, de Paula
Philomena Gebran
Maria Célis Portella Nunes
Claudia Nikitiuk

*

PROPOSTA nº 3 (3).

Propomos, como emenda à proposta dos novos Estatutos da ANPUH que o tempo de mandato das Diretorias dos Núcleos Regionais devam ser de (dois) anos, coincidindo com o da Diretoria Nacional da ANPUH.

Aracaju, 3 de setembro de 1975.

- a). — Cecília Maria Westphalen.

-
- (1). — Emenda aprovada por unanimidade (*Nota da Redação*).
(2). — Aprovada pelo plenário por unanimidade (*Nota da Redação*).
(3). — Emenda aprovada por unanimidade (*Nota da Redação*).

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA (ANPUH).

TÍTULO I.

Dos objetivos.

Artigo 1º. — A Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), fundada na cidade de Marília, Estado de São Paulo, em 19 de outubro de 1961, tem por objetivos:

- a). — o aperfeiçoamento do ensino de História em nível superior;
- b). — o estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos de História;
- c). — a defesa das fontes e manifestações culturais de interesse para os estudos históricos.

Artigo 2º. — Para atingir seus objetivos, a Associação promoverá o intercâmbio de idéias entre seus associados através de reuniões periódicas e outros meios; realizará e auxiliará pesquisas; manterá publicações periódicas e procurará, por meio da fundação de Núcleos e Sub-Núcleos Regionais ou em cooperação com organizações similares, irradiar suas atividades pelo território do país.

Artigo 3º. — A Associação não poderá tomar parte em manifestações políticas ou religiosas, nem tratar de qualquer assunto estranho aos seus objetivos.

TÍTULO II.

Dos associados.

Artigo 4º. — A Associação compreenderá três categorias de associados:

- a). — sócios fundadores;
- b). — sócios efetivos e
- c). — professores associados.

§ único. — São considerados sócios fundadores da ANPUH aqueles que participaram dos trabalhos do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, realizado em Marília, de 15 a 21 de outubro de 1961.

Artigo 5º. — A categoria de sócio efetivo é limitada aos Professores Universitários de História que hajam publicado trabalho original de comprovado valor em qualquer ramo da História.

§ único. — Os sócios efetivos são eleitos pelos Núcleos e Sub-Núcleos Regionais.

Artigo 6º. — A categoria de Professor associado é destinada aos Professores de História do Ensino Superior ao ingressar na Associação.

Artigo 7º. — Os associados não respondem nem solidária, nem subsidiariamente pelos compromissos que venha assumir o Conselho Diretor

TITULO III.

Da administração.

Artigo 8º. — A Associação Nacional dos Professores Universitários de História será administrada pela sua Diretoria.

Artigo 9º. — A Diretoria compor-se-á de Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoueiros, Diretor de Imprensa e Propaganda e Conselho Consultivo.

Artigo 10º — Compete ao Presidente:

- a). — Presidir às reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais;
- b). — tratar dos interesses gerais da Associação, representando-a em juízo ou fora dele;
- c). — elaborar o programa anual das atividades científicas da Associação.

Artigo 11º. — Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 12º. — Aos Secretários compete despachar o expediente e, de acordo com o Presidente, administrar a Associação.

Artigo 13º. — Aos Tesoueiros compete gerir os interesses financeiros da Associação, de acordo com o Presidente.

Artigo 14º. — Ao Diretor de Imprensa e Propaganda compete julgar tudo que refere a relações públicas e divulgação da Associação.

Artigo 15º. — Ao Conselho Consultivo compete, opinar, quando consultado, sobre questões de caráter técnico, ou quaisquer outras, de interesse para a Associação.

Artigo 16º. — A Diretoria será eleita pelos sócios fundadores e efetivos em Assembléia Geral ordinária e os membros eleitos serão considerados empossados independentemente de qualquer outra formalidade.

§ único. — A Diretoria eleita exercerá suas funções até o término do Simpósio Seguinte.

TITULO IV.

Das Reuniões.

Artigo 17º. — A Associação Nacional dos Professores Universitários de História realizará reuniões ordinárias e extraordinárias, em Assembléia Geral.

Artigo 18º. — Haverá uma reunião ordinária, bi-anual, e uma Assembléia Geral, designada como Simpósio, em data e local fixados pela Assembléia Geral.

§ único. — A comunicação da data e local fixados e o programa de reuniões serão enviados aos sócios e às Diretorias dos Núcleos e Sub-Núcleos Regionais com a devida antecedência.

Artigo 19º. — As reuniões extraordinárias em Assembléa Geral serão realizadas por convocação de seu Presidente, quando requeridas pela maioria dos sócios fundadores e efetivos para tratar de assuntos constantes do requerimento.

§ *único.* — A Secretaria fará as comunicações necessárias com trinta dias de antecedência no mínimo.

Artigo 20º. — Todos os associados poderão comparecer às reuniões da Assembléa Geral e tomar parte nos debates.

§ 1º. — A Diretoria faculta a presença às Assembléas Gerais e Sessões de Estudo de professores secundários, e professores de matérias afins.

§ 2º. — A Associação Nacional dos Professores Universitários de História faculta aos estudantes o comparecimento às Sessões de Estudo.

TITULO V.

Das publicações.

Artigo 21º. — A Associação Nacional dos Professores Universitários de História manterá publicações periódicas, os *Anais* da Associação Nacional dos Professores Universitários de História.

Artigo 22º. — A Associação poderá editar ainda publicações especiais, a juízo da Diretoria.

Artigo 23º. — Os assuntos administrativos e comerciais referentes às publicações da Associação ficarão a cargo do Presidente.

TITULO VI.

Do Patrimônio.

Artigo 24º. — O patrimônio da Associação será formado pelas subvenções, anuidades e doações que lhe forem feitas.

§ *único.* — Todos os sócios pagarão anuidade fixada pela Assembléa Geral.

Artigo 25º. — Em caso de dissolução da Associação, seu patrimônio será entregue à instituição dedicada à pesquisa e estudo da História que for designada pelo voto de três quartos da totalidade dos sócios efetivos e fundadores.

Artigo 26º. — O patrimônio da Associação será distinto do dos Núcleos e Sub-Núcleos Regionais.

TITULO VII.

Dos Núcleos e Sub-Núcleos Regionais.

Artigo 27º. — Os Núcleos e Sub-Núcleos Regionais serão os órgãos da Associação nos Estados.

Artigo 28º. — Os Núcleos e Sub-Núcleos assim organizados terão existência autônoma em tudo o que disser respeito ao seu peculiar interesse, nos termos dos presentes Estatutos.

§ 1º. — Cada Núcleo Regional poderá abranger uma ou mais unidades da Federação.

§ 2º. — Em cada Estado poderá haver um ou mais Sub-Núcleos Regionais.

Artigo 29º. — Cada Núcleo ou Sub-Núcleos será dirigido por uma Diretoria composta pelo menos, de um Diretor, um Secretário e um Tesoureiro, com mandato de dois anos, e eleitos na última reunião de cada ano.

§ 1º — A Diretoria deverá participar imediatamente sua eleição ao Presidente e à Secretaria da Associação, para que tenha existência regular.

§ 2º. — A Diretoria deverá apresentar um relatório anual à Diretoria da Associação.

Artigo 30º. — Haverá em cada Núcleo ou Sub-Núcleo regional uma Comissão Consultiva Regional composta de três membros eleitos juntamente com a Diretoria.

Artigo 31º. — As atribuições dos membros da Diretoria, da Comissão Consultiva, assim como o funcionamento dos Núcleos e Sub-Núcleos Regionais serão fixados pormenorizadamente nos respectivos regulamentos.

TITULO VIII.

Disposições Gerais.

Artigo 32º. — A Sede e o Foro da Associação Nacional dos Professores Universitários de História serão na cidade de São Paulo, onde funcionará a Secretária Geral.

Artigo 33º. — Os presentes Estatutos poderão ser reformados no todo ou em parte, pelo voto da maioria absoluta dos sócios presentes da Associação, reunidos em Assembléia Geral.

§ *único.* — O projeto de reforma, de iniciativa da Diretoria ou de dez sócios, deverá ser comunicado com antecedência a todas os sócios fundadores e efetivos.

Artigo 34º. — A Associação poderá ser dissolvida pelo voto de três quartos da totalidade dos seus sócios.

Artigo 35º. — Os casos omissos nos presentes Estatutos serão resolvidos pela Diretoria, *ad referendum* da Assembléia Geral.

TITULO IX.

Disposições Transitórias.

Artigo 36º. — Nas Unidades da Federação, os Núcleos e Sub-Núcleos Regionais deverão ser criados por iniciativa dos professores universitários de História.